




Escolaridade e crianças com deficiência auditiva e surdez¹

Schooling and children with hearing impairment and deafness

ARK: 44123/multi.v5i10.1195

Recebido: 26/05/2024 | Aceito: 05/06/2024 | Publicado on-line: 06/07/2024

Clara Mendes Ribeiro²

 <https://orcid.org/0009-0005-4698-3289>

<https://lattes.cnpq.br/8209207830769441>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: mendes22clara@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Escolaridade e crianças com deficiência auditiva e surdez”. Este artigo é de autoria de: Maria Rita de Paula Andrade; Fabiana Darc Miranda. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros” no Ano de 2023, Vol. XX, n.14, n.47, jul.-dez.

Palavras-chave: Educação. Pessoa com deficiência. Pessoa com deficiência auditiva e surdez. Leis. Libras.

Abstract

This is a review of the article entitled “Schooling and children with hearing impairment and deafness”. This article is authored by: Maria Rita de Paula Andrade; Fabiana Darc Miranda. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros” in 2023, Vol. XX, n.14, n.47, Jul.-Dec.

Keywords: Education. Person with a disability. Person with hearing impairment and deafness. Laws. Libras.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Escolaridade e crianças com deficiência auditiva e surdez”. Este artigo é de autoria de: Maria Rita de Paula Andrade; Fabiana Darc Miranda. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros” no Ano de 2023, Vol.XX, n.14, n.47, jul.-dez.

Quanto as autoras deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada uma delas. Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Érida Cassiano Nascimento*.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada uma delas.

A primeira autora deste artigo é Maria Rita de Paula Andrade. Graduada em Psicologia. Seu currículo Lattes está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6257499087586626>. E o Identificador Orcid em: <https://orcid.org/0000-0003-4435-2342>.

A segunda autora deste artigo é Fabiana Darc Miranda. Graduada em Psicologia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4714170821084665>, e identidade internacional Orcid, em: <https://orcid.org/0000-0003-1680-4081>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, *resumen*, *palabras clave*, introdução, resultados e discussão, conclusão, referências. O tema deste artigo é “Escolaridade e crianças com deficiência auditiva e surdez”. Foi discutido o problema da construção de um sistema educacional para pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Destaca-se que o artigo partiu de uma análise sobre a história da educação para os surdos no Brasil.

O objetivo geral foi aprimorar as discussões fundamentais acerca da educação das pessoas surdas. Os objetivos específicos foram: a inclusão de pessoas surdas nas escolas, o desenvolvimento desses cidadãos, mais a participação nas decisões do meio social, econômico e político. A metodologia utilizada para a construção da pesquisa foi uma abordagem bibliográfica e documental, centrada em uma análise sociohistórica.

As autoras iniciam afirmando que a história da educação para surdos no Brasil começou em 1857 com o Imperial Instituto de Surdos-Mudos e a também com Hernest Huet, que introduziu um método que influenciou o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), efetivamente ensinada em 1970. Ademais, pontuam que, ao longo do tempo, recomendava-se que o infante surdo adquirisse a Libras como primeiros língua e português como segunda.

O histórico da Educação de Surdos mostra uma evolução global para compreender o contexto atual. A Lei de Libras – Lei n. 10.436/2002 (BRASIL, 2002) – garante direitos, como, por exemplo, um intérprete de Libras em órgãos públicos e universidades para pessoas com perda de audição parcial ou total. A educação desses cidadãos enfrenta vários desafios, tanto por parte dos profissionais quanto dos governos federal, estadual e municipal, exigindo o devido cumprimento das leis.

O Projeto de Lei n. 1.361/2015 (BRASIL, 2015) busca assegurar direitos aos deficientes auditivos unilaterais, visto que apresentam desafios similares à deficiência bilateral. A partir disso, segundo as autoras, os surdos foram muito esquecidos pelas políticas públicas educacionais, mas atualmente há um avanço expressivo na formulação de legislações específicas para a educação dessa classe. Dados apontam que o Brasil possui uma população com pouco mais de 10 milhões de surdos, sendo que a minoria possui ensino superior.

Na opinião das autoras, a educação deve ser um processo de pedagogia inclusiva para capacitar o estudante surdo para refletir, despertar sua consciência, incentivar, desenvolver seu físico e cognitivo, gerando benefícios proporcionados por um ambiente de inclusão social que acolhe e favorece o desenvolvimento humano.

Já o Decreto n° 5.262/2005 (BRASIL, 2005) legitima o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), proporcionando uma escola de qualidade para todos, integrando a vivência e expressando o pensamento da comunidade. Por fim, sobre os resultados da pesquisa da obra resenhada, o sistema educacional para pessoas surdas ou com deficiência auditiva ainda é carente em todas as esferas administrativas, necessitando

de implementação efetiva no dia a dia dos direitos garantidos pela legislação brasileira.

As autoras ainda aduzem que mudanças não serão efetivadas somente com base em leis, mas também como mudanças sociais. A sociedade como um todo deve promover o apoio e a inclusão para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, principalmente na esfera educacional, para torná-los participativos nas decisões sociais, políticas, econômicas.

Referências

- ANDRADE, Maria Rita de Paula; MIRANDA, Fabiana Darc. Escolaridade e crianças com deficiência auditiva e surdez. **Revista Processus de Estudos de Gestão, jurídicos e Financeiros**, Vol. 14, n.47, jul.-dez., 2023. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/issue/view/101>. Acesso em: 04 abril. 2024.
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica 2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%2010.436%2C%20DE,19%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=EDUCA%C3%87%C3%83O%20>. Acesso em: 05 abril .2024.
- BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 1.361/15**, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1228727>. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 05 abril 2024.
- COELHO, Evene Thais Austriaco et al. Uma perspectiva histórica sobre a educação dos surdos no Brasil: um olhar sobre as leis que tratam sobre a educação inclusiva. **Conjecturas**, v. 22, n. 18, p. 872-892, 2022.
- FREITAS, M. T. DE A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21–39, jul. 2002.
- FREITAS, Raquel A.; LIBÂNEO, José Carlos. O experimento didático formativo na perspectiva da teoria do ensino desenvolvimental. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.
- SILVA, Erliandro Félix et al. Educação bilíngue para surdos no Brasil no contexto da educação básica: estudo bibliométrico baseado nas pesquisas stricto sensu (2017–2021). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e30111326720-e30111326720, 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 04 abril.2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>. Acesso em: 04 abril.2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>. Acesso em: 04 abril.2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>. Acesso em: 04 abril.2024.